

Vol 4 Issue 11 Aug 2015

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Flávio de São Pedro Filho
Federal University of Rondonia, Brazil

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Welcome to Review Of Research

RNI MAHMUL/2011/38595

ISSN No.2249-894X

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Advisory Board

Flávio de São Pedro Filho Federal University of Rondonia, Brazil	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinte Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....

MARKET OF FISH: A MANAGEMENT CULTURE OF FOOD SOVEREIGNTY IN PARNAÍBA, STATE OF PIAUÍ, BRAZIL

(Mercado de Pescado: Uma Cultura de Gestão da Soberania Alimentar em Parnaíba-PI/ Brasil)



Josenildo de Souza e Silva¹, Pedro Filipe Ribeiro Araujo¹,
Luiz Gonzaga Alves dos Santos Filho² and Alan Carvalho de Sousa Araújo³

¹Professors at Federal University of PiauÍ– UFPI (Brazil)

²Fishing Engineering at Federal University of PiauÍ– UFPI (Brazil)

³Graduando at Federal University of PiauÍ– UFPI (Brazil)



ABSTRACT

The Federal University of PiauÍ (Brazil) has been developing with the merchants and fishermen of Parnaíba/Brazil, a study that associates the participatory action research with the ethnographic approach, using participative workshops, semi-structured interviews and direct observation, with the objective of building the socioeconomic profile, understand the dynamics of the production chain of fish and propose strategies for collective solutions to the marketing of fish on the Market Caramuru. The results showed the involvement of 30 families of fishermen/peddlers, that fishing and buy fish to fish farmers and middlemen from the State of PiauÍ,

Maranhão and Ceará. The fair Caramuru moves more than 240 tons/year of fish, with emphasis on the Tambaqui *Colossomacropomum* (Cuvier, 1818), tilapia *Oreochromis niloticus* (Linnaeus, 1758), white shrimp *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931), curimatã *Prochilodus brevis* (Steindachner, 1875) and serra *Scomberomorus* sp., products with origin in fisheries and aquaculture. The involved point as priority to capture public policies that act in the construction of a plant structural and training in order to promote the improvement of the conditions of hygiene, health and marketing to the promotion of social welfare.

KEYWORDS: *fishermen, farmers, merchants, food safety, public policies*

Resumo

A Universidade Federal do PiauÍ (Brasil) vem desenvolvendo junto aos feirantes e pescadores de Parnaíba-PI/Brasil, um estudo que associa a pesquisa-ação participativa com o enfoque etnográfico, utilizando oficinas participativas, entrevistas semiestruturadas e observação direta, com objetivo de construir o perfil socioeconômico, compreender a dinâmica da cadeia produtiva do pescado e propor estratégias de soluções coletivas para a comercialização de pescado no Mercado Caramuru. Os resultados mostraram o envolvimento de 30 famílias de pescadores/feirantes, que pescam e compram pescado a aquicultores e atravessadores oriundos do PiauÍ, Maranhão e Ceará. A feira Caramuru movimentava mais de 240 toneladas/ano de pescado, com destaque para o tambaqui *Colossomacropomum* (Cuvier, 1818), tilápia *Oreochromis niloticus* (Linnaeus, 1758), camarão

branco *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931), curimatã *Prochilodus brevis* (Steindachner, 1875) e serra *Scomberomorus* sp., produtos com origem na pesca e aquicultura. Os envolvidos apontam como prioridade a captação de políticas públicas que atuem na construção de uma planta estrutural e capacitação de forma a promover a melhoria das condições de higiene, sanidade e comercialização para a promoção do bem estar social.

Palavras Chaves: Pescadores, piscicultores, feirantes, segurança alimentar, políticas públicas

1. INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira, para RIOS e GERMANI (2011:1): "(...) é praticada pelo homem ao decorrer de sua história como forma de garantir sua sobrevivência, seja como fonte de alimento, como mercadoria utilizada para troca por outros produtos necessários a sua sobrevivência ou enquanto fonte de emprego e renda direta ou indireta, nesta última atuando nos demais ramos de comercialização, confecção e indústria dos produtos necessários à reprodução da atividade."

A pesca artesanal brasileira é diversificada, multicultural e mostra-se responsável pelo envolvimento de milhões de pescadores, que movimentam acima de 500 mil toneladas de pescado por ano, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (2012), garantindo a soberania alimentar dos contextos populares que atuam na cadeia produtiva. Os autores RODRIGUES e GIUDICE (2011:116) consideram que: "essa atividade está tradicionalmente ligada às comunidades costeiras, as quais devidas a sua baixa especialização e elevados níveis de pobreza fazem dela a principal fonte de renda, portanto uma ocupação importante no contexto socioeconômico." Em localidades com significativa riqueza hidrográfica, o contexto da pesca artesanal continental se repete no que diz respeito à sua importância socioeconômica perante o cenário de baixo desenvolvimento nas comunidades ribeirinhas.

O Nordeste brasileiro tem contribuído significativamente com a pesca continental, apesar de possuir 3% do total de água existente no país, sendo 63% desse recurso pertencente à bacia hidrográfica do rio São Francisco e 15% à bacia do rio Parnaíba (BRITO et al., 2007:21). A atividade pesqueira na região é plural, incorpora diversidade biológica, cultural e social, com aportes de saberes geracionais, oriundos da relação amorosa homem-natureza. Tanto a pesca como a aquicultura contribuem com a segurança alimentar, avançando para soberania e suficiência, em algumas comunidades, nas quais são esteio da subsistência, da fixação do homem ao meio, das relações socioambientais e da economia do povo.

Para MARCELINO et al. (2002:50): "o setor pesqueiro piauiense pode ser considerado como 100% artesanal, em decorrência do grau tecnológico de suas pescarias, da estrutura organizacional, do produto comercializado (pescado fresco) e, muitas vezes, de subsistência, da economia totalmente informal que movimenta e, sobretudo, da baixa qualidade de vida nas comunidades pesqueiras." Tal realidade demanda políticas públicas de apoio à gestão participativa, com destaque para as atividades administrativo-financeiras, em função de grandes transformações econômicas, culturais, políticas e socioambientais que vive a pesca artesanal na contemporaneidade.

A pesca artesanal é por vezes exercida de forma individual e também em pequenos grupos, onde a relação de trabalho parte de um método baseado na unidade familiar, uma vez que a transmissão de conhecimentos e habilidades é realizada através de um processo geracional. Sua conexão com o mercado externo caracteriza-se pela presença de intermediários de venda (atravessadores), visto que a maioria dos pescadores não possui estrutura para levar o produto às feiras e mercados. De forma geral, a produção de pescado é distribuída informalmente, ocorrendo

significativas perdas da produção durante esse processo, abastecendo principalmente o mercado interno.

Em pesquisa realizada com os pescadores do município de Goiana – PE o pesquisador SILVA(2005)observou que em relação ao preço final do produto, o ganho dos pescadores era de apenas 15%, a cadeia de comercialização e a indústria da transformação absorviam 27% e 35% dos ganhos do setor respectivamente. Após essa análise foi recomendado que ações das políticas públicas ligadas à pesca artesanal deveriam atuar principalmente na transformação (beneficiamento do pescado, artesanato e outros subprodutos do pescado) e comercialização solidária para garantir a soberania alimentar, agregação de valor, aumento de frentes de trabalho, possibilitar a produção sustentável dos recursos pesqueiros, gerar renda e verdadeiramente promover as transformações socioambientais.

MALDONADO e SANTOS (2006:324) consideram que:

Há uma grande parte da população ainda excluído do sistema produtivo formal, desempregada, com reduzida qualidade profissional e com peculiaridades regionais um tanto quanto distintas, nas quais se vislumbram possibilidades de elevação de renda, inclusão social e melhoria de condições gerais de vida, caso se invista em capacitação e apoio para que essas pessoas catalisem seus esforços produtivos de forma criativa e organizada. Incluem-se neste segmento os cidadãos das periferias dos grandes centros urbanos, população rural de áreas com altos índices de pobreza e os povos extrativistas, entre eles os pescadores artesanais.

Conforme informações da Fundação Getúlio Vargas (2009), o Piauí é o terceiro estado mais pobre do Brasil, com 424.452 pessoas vivendo na extrema pobreza na zona rural e 241.280 na zona urbana. A economia da maioria dos municípios piauienses é baseada na agropecuária. Próximo da totalidade dos estabelecimentos agropecuários do Estado (90%) são de agricultura familiar, sendo o arroz, mandioca, feijão, milho, leite caprino, suínos e bovinos os produtos mais gerados (BNB, 2010:4). Em 2011, segundo MPA (2011), o Nordeste brasileiro se destacou com a maior produção de pescado nacional com 454.216,9 t, sendo 248.531,9 t oriundos da pesca. No mesmo ano, o Piauí ocupou a 6ª posição no Nordeste com 25.112,1 t (sendo 6.419,8 t originadas da pesca).

Na costa piauiense, com 66 km de extensão, existem quatro municípios principais: Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba. Esses Municípios exploram a pesca extrativa como meio de vida, dentre os quais, a cidade de Parnaíba surge como a maior da região, estando localizada a 320 km ao norte da capital, Teresina. Para CAVALCANTI-FILHO et al. (2009:135): “a cidade de Parnaíba viveu seus anos de glória com o comércio da carnaúba (Copernicia cerifera) que entrou em declínio a partir da década de 60 e passou a viver das atividades agropecuária e pesqueira, esta última uma das principais atividades.”

Segundo MARCELINO et al. (2002:49): “no contexto da aquicultura, o Piauí teve sua iniciação com programas de peixamento realizados pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) até a Década de 80. Desde então, a atividade vem sendo desenvolvida no Estado mostra-se em constante expansão.” Esse processo pode ser considerado com um reflexo da atuação do cientista Rodolfo Von Ihering, o qual é considerado como introdutor da piscicultura de forma comercial no Brasil, por volta de 1929, estudando os peixes do Rio Mogi-Guaçu em Piracicaba - São Paulo, utilizando pela primeira vez hipófise para provocar a desova do Dourado *Salminus maxillosus* (Valenciennes, 1849), fazendo surgir em 1939 a primeira Estação de Aquicultura do país, localizada em Pirassununga – São Paulo. Na década 50, foi realizada a introdução de espécies exóticas tais como carpa *Cyprinus carpio* (Linnaeus, 1758), tilápia *Oreochromis niloticus* (Linnaeus, 1758) e truta *Salmo trutta* (Linnaeus, 1758), que começaram a ser cultivadas principalmente

em tanques escavados de pequenas propriedades rurais.

O território piauiense oferece boas condições para a implementação da aquicultura, pois é drenado, quase que na sua totalidade, pela bacia hidrográfica do Parnaíba, um importante recurso hídrico para o Estado. As lagoas perenes, no Piauí, acumulam um volume de meio milhão de metros cúbicos e o lago da represa de Boa Esperança, localizado entre o Piauí e o Maranhão, estoca um volume estimado em seis bilhões de metros cúbicos, que juntamente com o Delta do Rio Parnaíba formam ambientes especialmente propícios para a produção de organismos aquáticos. Tal potencialidade rendeu programas de fortalecimento da piscicultura no Estado como entrega de barcos motorizados, fábricas de gelo, refrigeradores, alevinos e ração pelo governo do Estado/Secretaria do Desenvolvimento Rural na faixa dos R\$ 3,2 milhões de reais em localidades como as barragens: Salinas, em Oeiras; Poço de Marruá, em Patos; Barragem de Piracuruca, em Piracuruca; Lagoa de Parnaguá, em Parnaguá; Barragem do Jenipapo, em São João do Piauí; Pedra Redonda, em Conceição do Canindé; Barragem do Estreito, em Francisco Macedo; Barragem do Dnocs, em Luzilândia; Piaus, em São Julião; e Barragem de Curimatá, município de Júlio Borges (PIAÚÍ, 2013:37).

Em 2011, dados do MPAsobre o Piauí mostram que a aquicultura marinha produziu 1.691,6 t de pescado, colocando o Estado na 6^o posição no Nordeste. A produção da aquicultura continental foi de 17.000 t, a 4^a maior no ranking nordestino, perfazendo um total de 18.692 t de pescado oriundos da aquicultura (marinha e continental), representando mais de 9% da produção aquícola do Nordeste, chegando próximo dos 3% da produção nacional, sendo as espécies mais produzidas pela aquicultura continental o Tambaqui *Colossomacropomum* (CUVIER, 1816) e a Tilápia *Oreochromis niloticus* (LINNAEUS, 1758), e pela aquicultura marinha o camarão branco *Litopenaeus vannamei* (BOONE, 1931).

Sabe-se que os canais de distribuição dos produtos agropecuários, da pesca e aquicultura são os mercados e feiras-livres, as quais são realizadas substancialmente em todas as regiões do Brasil. Todavia, o conhecimento das relações e dos impactos sociais e econômicos que as feiras acarretam no desenvolvimento local é uma ação indispensável ao estabelecimento de políticas públicas que preponderem a melhoria da qualidade de vida dos atores locais.

Sobre feiras-livres GODOY e ANJOS (2007:365) afirmam que:

(...) constituem-se de uma intrincada teia de relações que configuram um diversificado conjunto de ocupações, fluxos, mercadorias e relações sociais, caracterizando-se primordialmente como uma atividade de trabalho informal essencialmente familiar, onde os envolvidos na operacionalização são geralmente membros da família, gerando por sua vez uma grande demanda de serviços diretos e indiretos como transporte, insumos, embalagens e atendentes.

Os mesmos autores também relatam que: “percebe-se ainda hoje que as feiras livres têm desempenhado um papel muito importante na consolidação econômica e social, especialmente da agricultura familiar sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor.”

LIMA e SAMPAIO (2009:2) caracterizam as feiras-livres como: “fenômenos econômicos e sociais muito antigos tendo sido consolidadas na Idade Média entre Gregos e Romanos. Entretanto, tais práticas, são tão antigas que remontam aos primeiros agrupamentos humanos, desde que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra, domesticando animais e criando a agricultura.”

“No Brasil, desde o período Colonial, as feiras-livres se fazem presentes como importante tradição cultural ibérica implantada pelos colonizadores em nosso país. Nesse contexto afirma-se que

as feiras medievais portuguesas, cuja periodicidade chegava a ser até semestral ou anual devido à intensa e rigorosa preparação que exigiam, refletiram na organização das feiras brasileiras” (LIMA e SAMPAIO, 2009:2).

No contexto local, as feiras desempenham importante papel, pois permitem a comunicação entre diferentes localidades, o escambo de produtos e conhecimentos, possibilidade de lazer e diversificação alimentar, contribuindo para o fortalecimento cultural e da soberania alimentar das pessoas envolvidas.

Segundo LEITE et al. (2010:9):

No plano das políticas governamentais, a partir de 2003, a soberania passou a ser pautada por duas vertentes para sociedade brasileira, sobretudo para sociedade civil organizada. A primeira busca construir de forma participativa uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, valorizando programas de caráter estruturante desta política, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Contraditoriamente, outra vertente coloca-nos diante de decisões políticas que comprometem os princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano a Alimentação. São exemplos: a liberação dos transgênicos e a fragilização do processo de Reforma Agrária.

A abordagem da Segurança Alimentar na comercialização dos produtos agroecológicos tem estimulado a mudança de foco das relações de mercado, para além da dimensão econômica e estritamente monetárias para constituir-se, como as feiras agroecológicas, em espaços pedagógicos e de troca de conhecimentos, sobretudo entre o rural e o urbano, propiciando uma relação direta entre o produtor (a) e consumidor (a).

Percebe-se que além da relação direta entre produtor e consumidor com objetivos puramente econômicos, há o surgimento de outros enfoques, notadamente inclui-se nesse meio o contexto da qualidade dos alimentos. Que para DOS SANTOS et al. (2009:3): “a alimentação disponível para a população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos.” Portanto, ao referir-se à qualidade dos alimentos compreendemos a possibilidade das populações em consumi-los de forma segura.

LEITE et al.(2010:11) afirmam que: “o resgate da cultura alimentar e do valor cultural do alimento configuram-se como pilares de um novo modelo de agricultura baseado na diversidade da produção e na valorização do alimento ‘limpo’ sem agrotóxicos e livre de transgênicos.” Sabe-se bem que, além de alimentos livres de agrotóxicos e de transgênicos, estes devem ser livres de microrganismos prejudiciais à saúde do ser humano, por meio de processos de beneficiamento/processamento que preconizem a higiene/segurança alimentar.

DOS SANTOS et al.(2009:4) destacam que: “o direito de se alimentar de forma adequada e regular não deve ser produto de ações de caridade e ou piedade, mas sim, uma obrigação do Estado, este que é a representação da sociedade.” Assim, políticas públicas e ações extensionistas atuantes na estruturação e melhoria da forma de comercialização dos produtos alimentares são pontos a serem desenvolvidos para a melhoria do quadro da soberania alimentar das comunidades brasileiras.

Diante do exposto, este trabalho objetivou a construção do perfil socioeconômico dos comerciantes de pescado e a compreensão da dinâmica de sua cadeia produtiva no mercado Caramuru do Município de Parnaíba-PI, Brasil.

2. METODOLOGIA

2.1. Localização do Universo da investigação

O estado do Piauí está localizado no Nordeste brasileiro, limita-se aos estados do Ceará (a leste), Maranhão (a oeste), Oceano Atlântico (ao norte) e ao Pernambuco (a leste e ao sul). Sua composição política-geográfica contempla 224 municípios, ocupando 252.378 km² dos 1.548.672 km² que constituem o Nordeste, é o terceiro maior Estado nordestino, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e o décimo estado brasileiro, respondendo por 2,9 % do território nacional, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mercado Caramuru, do município de Parnaíba foi inaugurado em 14 de outubro de 2001 com o nome de Mercado Pedro Machado, obra do governado do Estado do Piauí, constituído de quatro galpões dividindo os setores de carne bovina, frutas, verduras e pescado (Figuras 1 e 2). Localiza-se no cruzamento da Avenida Deputado Pinheiro Machado (Rodovia 343) com a Rua Caramuru, o que influencia diretamente em seu nome vulgar “Mercado Caramuru”.

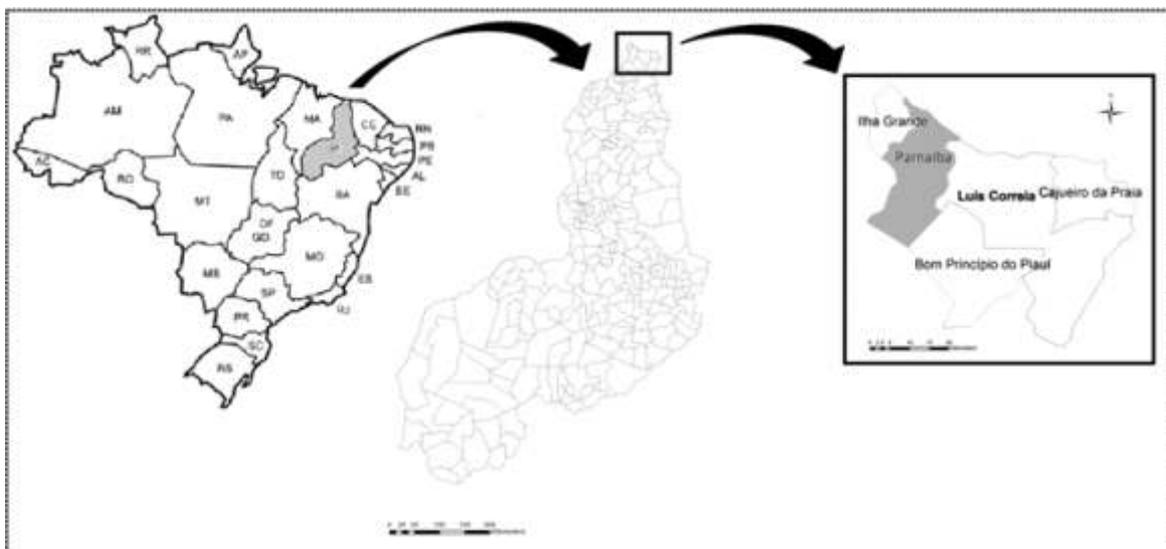


Figura 1. Esquema de localização do Município de Parnaíba no Estado do Piauí, Brasil.



Figura 2. Imagens da área externa do Mercado Municipal da Caramuru, sob vista da Avenida Deputado Pinheiro Machado (Rodovia 343).

2.2. Métodos

Nessa pesquisa foram utilizados instrumentos associando a pesquisa-ação participativa com o enfoque etnográfico, através de entrevistas semiestruturadas e observação direta, com objetivo de construir o perfil socioeconômico de forma a compreender a dinâmica da cadeia produtiva do pescado e o clamor das pessoas que trabalham no Mercado do Caramuru do município de Parnaíba-PI/Brasil (Figura 2), e assim propor estratégias e soluções coletivas para a comercialização de pescado.

A aplicação de questionários semiestruturados pode ser um poderoso instrumento na obtenção de informações, sendo um modelo simples, de fácil aplicação, com custo razoável, garantindo o anonimato e sendo de fácil manejo na padronização dos dados, garantindo uniformidade (CHAER et al., 2011:263).

A observação é uma das técnicas mais representativas do método etnográfico, sendo utilizada com o objetivo de recolher informações, do contexto histórico, sociocultural e natural do lugar onde ocorrem os acontecimentos que se quer analisar. Neste método observam-se os acontecimentos, registram-se e analisam-se as informações e elaboram-se conclusões.

As observações realizadas foram do tipo direta e participante, porém a ação metodológica entende o que sugere OLABUENAGA (1999:125): "Unproceso de contemplar de forma sistemática y focal el desarrollo de la vida social, sin manipular o modificarla, debe ser tal como ella ocurre, espontánea. La observación cuando combinada con otros métodos de pesquisa cualitativa garante un alto nivel de rigor científico."

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a 18 feirantes da Feira da Caramuru, município de Parnaíba-PI, Avenida Deputado Pinheiro Machado (Rodovia BR 343) (Tabela 1.). Nesta feira são comercializados produtos animais e vegetais oriundos tanto de Parnaíba como de Municípios e Estados vizinhos. O pescado comercializado nessa feira tem origem no litoral e interior piauiense, Maranhão e Ceará, sendo produto tanto da pesca (marinha e continental) como da aquicultura.

Tabela 1. Características dos vendedores de pescado do Mercado da Caramuru, Município de Parnaíba, Estado do Piauí, Brasil.

Variável	Categoria	Porcentagem
Sexo	Homens	72,22%
	Mulheres	28,88%
Origem do pescado	Pesca	16,60%
	Compra de atravessador	72,20%
	Compra de piscicultores	22,20%
Escolaridade	Analfabeto	33,30%
	Ensino fundamental	61,10%
	Ensino médio	5,50%
Insumos utilizados	Gelo	100,00%
	Sacolas plásticas	26,66%
	Material para higiene (vassoura, hipoclorito de sódio, esponjas e flanelas)	77,70%
Necessidade de melhoria no Mercado Caramuru	Higiene	77,70%
	Segurança	61,10%
	Infraestrutura geral	44,40%
Como considera suas condições de trabalho	Não trabalha em condições dignas	44,00%
	Trabalha em condições razoáveis	27,80%
	Trabalha em condições dignas	28,20%

No mercado, o número de homens trabalhando na comercialização de pescado foi estatisticamente igual ao de mulheres (Qui-quadrado: $P > 0,05$). Para BORGONHA e BORGONHA (2010) apesar da existência de mitos de má sorte e fragilidade que a figura feminina parece representar, sua presença está distante de ser interpretada como meramente complementar ou mesmo desconsiderada, o que estende o papel da mulher ao longo de toda a cadeia produtiva pesqueira, resultando nos últimos anos no reconhecimento da forte participação feminina no setor.

CRUZ (2014:78) expõe que:

Um olhar atento para a história e para as relações sociais permite constatar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade. A desigualdade nas relações culminou na dominação daqueles e submissão destas. Tal realidade de dominação tornou-se a característica que permeia a relação entre eles. Tanto a desigualdade quanto a dominação e submissão foram, ao longo dos séculos, praticadas de forma natural pelas diferentes sociedades e passaram a fazer parte do cotidiano; transformaram-se no real, aquilo que existe independentemente da percepção de quem domina e de quem é dominado.

“Nas últimas décadas, os estudos sobre as mulheres têm demonstrado que estas, por meio de suas ações coletivas, interpelam a noção clássica da cidadania a qual se imbrica, num processo de ressignificação, com o conceito de gênero pela inclusão de novos direitos” (CRUZ, 2014:64).

No Piauí, como retratado por CRUZ (2014:243): “A experiência das mulheres do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí (CMTR-PI) na luta pela conquista e construção de sua cidadania levou-me a inferir que muitos elementos presentes no seu cotidiano expressam mudanças, as quais, na representação das trabalhadoras, significam novas práticas nas relações sociais, tanto no âmbito familiar quanto no espaço público [...]”.

No que diz respeito às políticas públicas de gênero, a cientista SILVEIRA (2003:66) afirma que: “Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem-se práticas de cidadania ativa para a concretização da justiça de gênero, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc.”

A autora SILVEIRA (2003:68) ainda ressalta: “Resgatar as mulheres como sujeito das políticas, implica construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para as mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis, federal, estadual e municipal em interlocutoras válidas para construir as pautas políticas e articuladoras gerais das políticas públicas prioritárias”.

Na comercialização de pescado do Mercado Caramuru verifica-se o envolvimento de 30 famílias de pescadores/feirantes, que pescam (16,6% dos entrevistados) e compram pescado de atravessadores (72,2%) oriundos do estado do Piauí, do Maranhão e Ceará. Normalmente os atravessadores são os indivíduos que mais lucram nessa cadeia produtiva, e por vezes os pescadores são os que menos lucram, apesar de realizarem o maior trabalho. Alguns comerciantes compram o pescado diretamente de pisciculturas da região (22,2%).

MENDONÇA et al. (2010:12), analisando toda a cadeia produtiva da pesca artesanal em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro - Brasil, percebe que há fatores que facilitam a entrada de um número significativo de atravessadores na cadeia produtiva tais como; a) a perecibilidade do pescado que exige infraestrutura eficiente de conservação e transporte até o destino final, não condizente com a realidade do pescador individual; b) a falta de um local para se comercializar o pescado; c) as distâncias geográficas entre a produção e o consumo final. Assim, grande parte do lucro se concentra nas mãos de

atravessadores. O mesmo autor ainda destaca:

A eficiência da cadeia pode ser obtida por meio de melhor formação de preços e distribuição de renda e, ainda, por meio da melhoria da organização dos pescadores, no sentido de reduzir o número de atravessadores. Para isso, a construção de entrepostos de peixes é uma das alternativas para a melhoria das condições sociais do pescador e de sua família. Tal possibilidade permite, à montante, exercer poder de negociações de compra de insumos, por meio de uma organização de compra e, em virtude da possibilidade de maior conservação do pescado, à jusante, desenvolver estratégias de venda conjunta.

Já a piscicultura, tem se mostrado como uma alternativa emergente no incremento da geração de renda da população, que se reflete em melhorias na qualidade de vida, gerando renda e difundindo tecnologias de criação de peixes em cativeiro, colaborando com o suprimento do mercado regional, além de diminuir a pressão da pesca sobre os estoques naturais.

O mercado Caramuru movimenta mais de 240 toneladas/ano de pescado, com destaque para o tambaqui *Colossomacropomum* (Cuvier, 1818), tilápia *Oreochromis niloticus* (Linnaeus, 1758) e camarão marinho *Litopenaeus vannamei* (Boone, 1931) oriundos da aquicultura e, curimatã *Prochilodus brevis* (Steindachner, 1875), serra *Scomberomorus* sp. com origem na pesca.

Nessa Feira a edificação foi projetada de forma a existir separação entre as diferentes atividades (venda de peixes, carnes, frutas, hortaliças, etc.), as quais são desenvolvidas em diferentes galpões, que para CAMPOS e PAIVA (2011:4): “facilita as compras e diminui risco de contaminação cruzada.”

Os comerciantes de pescado da feira Caramuru dispõem de condições mínimas para o desenvolvimento de suas atividades, na qual utilizam como principais insumos o gelo (100% dos entrevistados), o qual é comprado no próprio mercado, e sacolas plásticas (66,7%), em sua maioria constituída de material reciclado. Normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) n.º 129, de 10 de maio de 2002 e RDC ANVISA n.º 130, de 10 de maio de 2002, comunicam aos comerciantes na área de frigoríficos e peixarias que na comercialização de produtos alimentícios de consumo humano ficará proibido definitivamente o uso de sacolas plásticas derivadas de petróleo e ou recicladas e também as embalagens obtidas a partir de material celulósico reciclado para armazenamento e transporte direto de tais produtos. Isto é determinado em função deste tipo de embalagem transmitir odor peculiar e até mesmo substâncias tóxicas aos alimentos, podendo causar riscos à saúde dos consumidores, além de que a reciclagem e ou fabricação não cumprem as determinações específicas da ANVISA.

A maioria dos feirantes da Caramuru demonstrou preocupação com a higienização do local de trabalho (77,7%), os quais utilizam vassoura, hipoclorito de sódio, esponjas e flanelas. Apesar dos cuidados dos feirantes, um fator dificulta a higienização do local de comercialização de pescado, a ausência de água encanada, o que já foi reivindicado junto à prefeitura Municipal de Parnaíba, segundo os feirantes, mas não foi atendido. Dos entrevistados, somente 44,4% utilizavam avental no momento da entrevista (Figura 3). A Organização Mundial de Saúde (OMS) relata que as infecções bacterianas compõem a maioria das doenças que são transmitidas pelo pescado, podendo ser ocasionadas pela contaminação direta do produto com água contaminada ou por contaminação secundária durante o processamento, estocagem, distribuição e preparo para o consumo.



Figura 3. Ponto de venda de pescado do Mercado Caramuru. Pode-se observar a ausência de avental, luvas, água encanada, e de instrumentos adequados ao beneficiamento do pescado. À esquerda verificam-se peixes acondicionados em uma caixa sem gelo, assim como peixes expostos na banca sem nenhum tipo de refrigeração.

“O peixe é um produto altamente perecível e, portanto, exige cuidados especiais em sua manipulação, armazenamento, conservação, transporte e comercialização, e quando comercializado em feiras, a atenção deve ser dobrada” (CAMPOS e PAIVA, 2011:2). Assim como verificado por CAMPOS e PAIVA (2011:4) em uma feira no município de Manaus, na feira Caramuru não existe controle eficiente de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou proliferação dos mesmos, os coletores utilizados para deposição dos resíduos das áreas de manipulação não são dotados de tampas acionadas sem contato manual e os resíduos quando coletados são estocados em tambores abertos e depositados na área externa da feira, gerando, com isso, focos de contaminação e atração de vetores e pragas urbanas, o que dificulta a consolidação de medidas higiênicas.

Para BELIK (2003:14): “a alimentação disponível para o consumo da população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros, ficando evidente que a qualidade dos alimentos diz respeito também à possibilidade de consumi-los de forma digna.” O mesmo autor retrata ainda que: “a definição de segurança alimentar diz respeito à regularidade, ou seja, isso quer dizer que as pessoas têm que ter acesso constante à alimentação (alimentando-se ao menos três vezes ao dia, como se passou a considerar recentemente).”

No que se refere à comercialização de pescado em feiras livres SILVA et al. (2008:209) afirmam: “apesar de tradicional, é o tipo de varejo com maior fragilidade no que diz respeito à conservação desse alimento, uma vez que não possui equipamentos que assegurem a refrigeração e a

manipulação ideais, enquanto exposto à venda.”

Os envolvidos com a venda de pescado do Mercado Caramuru, em relação à sua escolaridade, mostram-se em sua maioria (61,1%) com o ensino fundamental. Alguns não tiveram acesso à escola (33,3%), e a minoria (5,5%) concluiu o ensino médio. O baixo nível de escolaridade presente na comunidade pode estar relacionado à dificuldade encontrada pelos pescadores em conciliar a atividade pesqueira com os estudos. A baixa escolaridade da maioria dos entrevistados é algo comum em comunidades pesqueiras como verificado por PACHECO (2006), SILVA et al. (2007), PEDROSA (2007), PEREIRA et al. (2010), HARAYASHIKI et al. (2011), SANTOS et al. (2011). Tal situação também pode impor limites e dificuldades na geração de renda, que conseqüentemente marginaliza esses profissionais, sendo isto um dos principais motivos para que a maioria dos pescadores ganhem entre 1 e 2 salários mínimos, o que gera a necessidade de trabalhar em outros empregos.

A baixa escolaridade pode ser um reflexo da dificuldade de acesso a escola, o que é um fato recorrente em pequenas comunidades, como verificado na comunidade de Sonhem no município de Loreto (MA), por NUNES et al. (2010), e na comunidade Bonsucesso (MT), por VALENTINI et al. (2011). Essa situação também pode provocar dificuldade na geração de renda. POCHMANN (2004:389) afirma que: “a elevação do nível de escolaridade pode garantir maior renda que nos níveis educacionais inferiores.” “Nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, a baixa renda per capita relaciona-se diretamente à concentração de indivíduos com baixo nível de escolaridade, o que se reflete em rendas familiares pequenas” (SALVATO et al., 2010:762). “A remuneração média do trabalhador cresce progressivamente à medida que se eleva seu nível escolar” (SANTOS et al., 2011:122). A escolaridade é um fator a se considerar quando da elaboração de políticas públicas e, principalmente, quando se buscam alternativas de mercado de trabalho para essas pessoas. Para SOUZA et al. (2009:651): “a baixa escolaridade pode dificultar a realização de cursos de capacitação técnica e também compromete sua organização, dificultando a criação de associações para reivindicação de direitos e etc..”

Dentre possíveis pontos que precisariam ser melhorados no Mercado Caramuru, seus usuários apontam a necessidade de melhorias nas condições higiênicas (77,7%), melhorias nas condições de segurança (61,1%) e na infraestrutura do Mercado em geral (44,4%). Assim, observando as condições de trabalho na qual estão imersos, 44,0% concluem que não trabalham em condições dignas, 27,8% acham suas condições de trabalho são razoáveis, mas precisam melhorar e, 28,2% concordam que trabalham em condições dignas.

Necessita-se do resgate da inserção social, cultural e ecológica das pessoas envolvidas na comercialização de produtos em feiras livres e mercados, assim como a preconização de métodos participativos, de forma a promover transformações no sentido da sustentabilidade. Conforme SILVA (2013:102), a sustentabilidade deve ser considerada sob vários pontos de vista, como: ambiental, social, cultural, político, humano, espiritual, ético e econômico. A sustentabilidade ambiental depende diretamente da capacidade de suporte dos agroecossistemas, assim como do balanço de exportação e importação de matéria dentro do sistema, o que se reflete na sobrevivência de uma população em determinado lugar. Socialmente falando, os indivíduos relacionam-se de diferentes formas, organizando-se de modo a garantir sua sobrevivência e reprodução, acabando por extrair matéria e energia do meio ambiente e excretar resíduos e dejetos. Na perspectiva cultural, entende-se o desenvolvimento histórico das comunidades que contribuíram para a construção de valores e identidades. É na política que se privilegia o envolvimento e mobilização da sociedade de forma a exercitar a democracia que autentica a autonomia popular. O apoio mútuo, solidariedade, consciência e preservação das gerações futuras condizem com o ponto de vista humano. Espiritualmente, a sustentabilidade está presente na análise geracional da história que o homem faz na natureza, na

determinação de suas crenças e análise de fenômenos naturais que dirigem o universo, para prever acontecimentos e coevoluir. E a ética, embasa as demais dimensões, de forma a alicerçar a construção de valores de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

O Ministério da Pesca e Aquicultura em 2012 ao lançar o Plano Safra, ciente da problemática, definiu como fundamental para o desenvolvimento da pesca e aquicultura investir em educação, pesquisa, assessoramento e capacitação dos profissionais envolvidos em sua cadeia produtiva. No âmbito nacional, tornou imperativa a necessidade de promover iniciativas educacionais que promovessem a qualificação e o crescimento de massa crítica capaz de impulsionar o crescimento sustentável da atividade pesqueira.

No que diz respeito à venda do pescado, 83,3% dos feirantes não conseguem vender todos os seus produtos, e destes, 77,7% estoca o pescado em gelo para venda no dia seguinte, 11,1% salga e posteriormente vende a um preço mais baixo e 11,2% leva para casa para alimentação familiar. Fica clara a utilização de algumas tecnologias de conservação do pescado, apesar de precárias, como a estocagem em gelo e a salga. Quanto aos feirantes que não conseguem vender todo seu produto, estes contribuem para que sua família tenha acesso a alimento saudável e rico em nutrientes, sendo recomendado pela FAO o consumo por habitante por ano de 12 Kg de pescado.

Conforme o cientista COSTA et al. (2013:64):

Sabe-se que peixes possuem grande importância nutricional, em função da elevada qualidade de sua proteína, além de serem fonte de lipídios, ácidos graxos ômega-3, vitaminas e sais minerais, superando em valor biológico outras fontes de origem animal, como a carne bovina e leite, exceto o ovo. Em vários países, especialmente da Europa e Ásia, o peixe é a proteína de origem animal mais consumida, tendo seu teor proteico variando entre 15 e 20%, conforme a espécie e o teor de gordura.

Assim, o pescado assume importante função no acesso a alimentos de qualidade diferenciada para vários grupos sociais, inclusive alguns em condições de insegurança alimentar, além colaborar significativamente com a geração de renda para as famílias envolvidas em toda sua cadeia produtiva desde a pesca ou cultivo até sua comercialização no Mercado Caramuru.

A característica comercial das feiras livres e mercados disfarça sua grande importância na sustentação e promoção da cultura popular. Mergulhado no discreto dia a dia dessa organização, as noções de identidade, comunidade, hábitos, relações e comunicação surgem profundamente durante todo o seu desenvolvimento e possibilitam aos atores envolvidos a confraternização e humanização, deixando vivas as marcas da cultura local.

4. Considerações finais

Vê-se como prioridade a captação de políticas públicas que atuem na construção de uma planta estrutural e capacitação que promova a melhoria das condições de higiene, sanidade e comercialização para a promoção do bem estar social.

A feira necessita de uma reforma geral que propicie melhores condições higiênicas aos feirantes e consumidores. Também são necessários estudos complementares de avaliação microbiológica e físico-química para determinação da qualidade do pescado, uma vez que devido às características do ambiente e da forma de manipulação do pescado é provável que contaminação microbiológica nos peixes comercializados.

Sugere-se a presença de pias de material inoxidável e água tratada encanada para melhor higienização dos produtos; lixeiros individuais com acionamento de pé; sanitários para higienização dos feirantes; ambiente limpo e organizado, com feirantes de posse de número de matrícula visível aos

compradores; designação de uma pessoa exclusiva para o recebimento de dinheiro em cada ponto de venda; os feirantes devem usar adequadamente avental, proteção nos cabelos e luvas descartáveis; o pescado deve ser exposto à venda de forma adequada com refrigeração, especificação da procedência e identificação; e todos os utensílios como facas, tábua de corte bem como a bancada do ponto de venda devem ser constituídos de material de fácil limpeza e que não propicie o acúmulo de sujidades; capacitação das pessoas envolvidas no processo de comercialização de produtos alimentícios.

Há necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a reorganização da cadeia produtiva, conciliando a capacidade de produção de pescado com a capacidade de transformação e distribuição desse pescado. Vê-se indispensável a reorganização da cadeia produtiva de modo a reduzir os custos operacionais e trajetória do pescado até o consumidor final, e fortalecimento do setor do ponto de vista político, produtivo e associativo, proporcionando melhoria da qualidade de vida para os pescadores/comerciantes. Também se ressalta a importância de entrepostos de pesca para permitir o recebimento, a estocagem, o beneficiamento e a comercialização do pescado.

5. REFERÊNCIAS

1. BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade (USP. Impresso)*, v. 12, p. 12-20, 2003.
2. BNB – Banco do Nordeste. Escritório técnico de estudos econômicos do nordeste Etene - informe rural Etene agricultura familiar no nordeste, Ano 4, N°. 05, 2010. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/clientes/planilhas_formularios/docs/etene-ano4_5.pdf>. Acesso em: 18 de mar 2014.
3. BORGONHA, M.; BORGONHA, M. C.. Mulher-pescadora e mulher de pescador: a presença da mulher na pesca artesanal. In: Gerhardinger, Leopoldo; Borgonha, Maíra; Bertoni, Athila. (Org.). *Memórias do Mar. Biodiversidade, Conservação e cultura no litoral brasileiro*. Florianópolis-SC: Ecomares, 2010, v. 01, p. 104-107.
4. BRITO, L. T. L.; SILVA, A. S.; PORTO, E. R. Disponibilidade de água e a gestão dos recursos hídricos. In: *Potencialidades da água de chuva no semi-árido brasileiro*. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2007. p. 12-32.
5. CAMPOS, D. S.; PAIVA, Z. C.. Condição higiênico sanitária do pescado comercializado em feira no município de Manaus-AM. *CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FAZU*, v. 2, p. 1, 2011.
6. CAVALCANTI FILHO, W. G.; LUCENA, Pedro Elias Urquiza.; CARDOSO, F. R. S.; Brito, C. S. F.; ALBUQUERQUE, W. F.; LEAL, S. H. B. S.. Pesca, beneficiamento e comercialização da Manjuba na região de Parnaíba-Piauí. *Rev. Bras. Eng. Pesca*, v. 4, p. 134-142, 2009. CHAER, G.; DINIZ, R.R.P.; RIBEIRO, E.A. 2011 A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência*, 7(7): 251-266.
7. COSTA, T. V.; Silva, R.R.S.; SOUZA, J. L.; BATALHA, O. S.; HOSHIBA, M. A.. Aspectos do consumo e comércio de pescado em Parintins. *Boletim do Instituto de Pesca (Online)*, v. 39, p. 63-75, 2013.
8. CRUZ, L. A. *Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais do Piauí*. 2ª ed.- Teresina, Nova Aliança, 2014. 288p.
9. DOS SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A. G.. Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar?. In: 47º Congresso SOBER, 2009, Porto Alegre. 47º Congresso SOBER, 2009.
10. FGV - Fundação Getúlio Vargas. *Atlas do Bolso dos Brasileiros*. Rio de Janeiro: FVG/IBRE, CPS, 2009.
11. GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v.2, n.1, 2007
12. HARAYASHIKI, C.A.Y.; FURLAN, F. M.; VIEIRA, J. P. 2011. Perfil Sócio-Econômico dos Pescadores da

- Ponte dos Franceses, Rio Grande, Brasil. Bol. Inst. Pesca, São Paulo, 37(1): 93 – 101.
13. IBGE. Censo Demográfico 2013, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.
14. LEITE, C. E.; PEREZ, J.; PACHECO, M. E. L.; SCHOTZ, V. Capítulo 1. Documento base sobre Soberania e Segurança Alimentar. In: Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. 1ª Ed. Rio de Janeiro, 2010.
15. LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. Na feira a gente encontra de tudo...: Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara Ceará. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Anais (Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Niterói, 2009.
16. MALDONADO, F.; SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 8, n. 3, p. 323-333, 2006.
17. MARCELINO, A. M. T.; OLIVEIRA, J. E. L.; LEITE, T. S.; CASTRO, P. T.; ARARIPE, H. G. A. Caracterização dos ecossistemas costeiros dos Estados do Rio Grande do Norte. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002, p.37-70.
18. MENDONÇA, F. M.; VALLE, R.; COUTINHO, R.. A cadeia produtiva da pesca artesanal em Arraial do Cabo: análise e propostas de melhoria. In: XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP, 2010, São Carlos. Anais do XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP, 2010.
19. NUNES, G.R.; VERBINNEN, R.T.; NUNES, G.S. 2010 Impactos socioambientais pelos pesticidas empregados na sojicultura sobre a comunidade de sonhem, região pré-amazônica maranhense. Amazônia: Ciência e Desenvolvimento, 6(11): 117-132.
20. OLABUENAGA, J. I. R. Metodologia de la investigación cualitativa. 2. ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999. p. 125, 165.
21. PACHECO, R. S. 2006. Aspectos da ecologia de pescadores residentes na península de Maraú - BA: pesca, uso de recursos marinhos e dieta. (Dissertação de Mestrado). Brasília (DF). Universidade de Brasília.
22. PEDROSA, R. A. 2007. Pesca, perfil socioeconômico e percepção ecológica dos pescadores artesanais de Porto de Galinhas (PE). (Dissertação de Mestrado) Recife (PE). Universidade Federal de Pernambuco.
23. PEREIRA, T. J. F.; FERREIRA, L. K. S.; EVERTON, F. A.; FRAZÃO, F. B.; LIMA, M. F. V. 2010. Comercialização de Pescado no Portinho em São Luís, Estado do Maranhão, Brasil: Uma Abordagem Socioeconômica dos Trabalhadores. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, 5(3): I-VIII.
24. PIAUÍ (Estado). Diário Oficial. Teresina (PI), 2013, N° 41. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201303/DIARIO04_69588ab7c6.pdf>
25. POCHMANN, M. 2004 Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Educação e Sociedade, 25(87): 383-399.
26. RIOS, K. A. N.; GERMANI, G. I. Reflexões sobre a atividade da pesca artesanal e da carcinicultura no Estado da Bahia. In: I Seminário Espaços Costeiros, Salvador. Anais do I Seminário Espaços Costeiros, 2011. p. 1-15.
27. RODRIGUES, J. A.; GIUDICE, D. S. A pesca marítima artesanal como principal atividade socioeconômica: o caso de Conceição de Vera Cruz, BA. Cadernos do Logepa, v. 6, p. 115-139, 2011.
28. SALVATO, M.A.; FERREIRA, P.C.G.; DUARTE, A.J.M.A. 2010 O Impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. Estudos econômicos, 40(4): 753-791.
29. SANTOS, M.A.; MORETTO, A.C.; RODRIGUES, R.L.; KURESKI, R. 2011 Escolaridade, emprego e renda: o setor educação mercantil no Paraná em 2006. Economia & Tecnologia, 24: 117-126.
30. SANTOS, P. V. C. J.; ALMEIDA-FUNO, I. C. S.; PIGA, F. G.; FRANÇA, V. L.; TORRES, S. A.; MELO, C. D. P.

2011. Perfil Socioeconômico de Pescadores do Município da Raposa, Estado do Maranhão. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca, 6(1): I-XIV.
31. SILVA, J. S. Extensão pesqueira do PRORENDIA aos pescadores de Goiana. Bagaço: Recife, 2005.
32. SILVA, J. S. Des-envolvimento ou envolvimento participativo?. In: _____. Política e planejamento regional. Brasília – DF: Gráfica Movimento, 2013. cap. 3. p. 98-105.
33. SILVA, M. L.; MATTÉ, G. R.; MATTÉ, M.H. Aspectos sanitários da comercialização de pescado em feiras livres da cidade de São Paulo, SP/Brasil. Revista do Instituto Adolfo Lutz, v. 67, p. 208-214, 2008.
34. SILVA, M. C.; OLIVEIRA, A. S.; NUNES, G. Q. 2007. Caracterização Socioeconômica da Pesca Artesanal no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 2, n. 4.
35. SILVEIRA, M. L. Políticas Públicas de Gênero: Impasse e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. Revista Presença da Mulher, São Paulo, n.45, 2003.
36. SOUZA, K.M.; ARFELLI, C.A.; GRAÇA LOPES, R. 2009. Perfil socioeconômico dos pescadores de camarão-sete-barbas (*Xiphopenaeuskroyeri*) da Praia do Perequê, Guarujá (SP). Boletim do Instituto de Pesca, 35(4): 647-655.
37. VALENTINI, C.M.A.; PINHEIRO, A.C.M.; SALES, F.N.; GUILHER, M.C.; SILVA, T.C.A.; MISSA JR., S. 2011 Impactos socioambientais gerados aos pescadores da comunidade ribeirinha de Bonsucesso-MT pela construção da barragem de manso. Holos, 4: 3-22.

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-413005, Maharashtra
Contact-9595359435
E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com
Website : www.ror.isrj.org